



# HOSPITAL MERIDIONAL S.A.

CNPJ nº 00.625.711/0001-51

**APRESENTAÇÃO**  
Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração do Hospital Meridional ("Companhia" ou "Rede Meridional") divulga, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas, referentes ao exercício findo de 31 de dezembro de 2024, preparadas de acordo com os padrões e práticas contábeis oriundos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aplicáveis às sociedades de forma geral e em conformidade com as normas internacionais emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

**MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**

O Hospital Meridional S.A. ("Companhia" ou "Controladora") e suas controladas (conjuntamente, "Rede"), com sede em Cariacica - Espírito Santo - ES, têm por objetivo a prestação de serviços hospitalares com qualidade e excelência médica. Atualmente, com sete hospitais, sendo seis hospitais na região metropolitana da grande Vitória e um hospital no norte do estado do Espírito Santo, localizado em São Mateus. Em 2001, o Hospital Meridional foi inaugurado por um grupo de médicos que viram a oportunidade de construir um complexo hospitalar de alta qualidade e resolutividade no município de Cariacica - ES. Em 2008, a Companhia iniciou um processo de expansão por meio de aquisições do Hospital São Luiz

e Hospital Praia da Costa, localizados no município de Vila Velha. Em 2011, o Hospital São Francisco, localizado em Cariacica-ES, também passou a integrar a Rede Meridional, assim como o Hospital São Mateus, inaugurado em 2016. Em 2018, a Rede adquiriu o controle do Hospital Metropolitano S.A, localizado no município de Serra - ES, com 147 leitos, sendo o segundo maior hospital da Rede Meridional. Durante o exercício de 2019, a Rede adquiriu controle da Maternidade Santa Úrsula, localizada no município de Vitória, posteriormente conhecido como Meridional Vitória. Já no ano de 2022, a Rede fez a aquisição do Instituto de Diagnóstico por Imagem ("IDE").

A Rede Meridional encerrou o ano de 2024 concluindo mais uma etapa do seu plano sólido de crescimento e consolidação no Espírito Santo. As entregas desse plano compreenderam a (i) Início da operação de transplantes de medula óssea (TMO); (ii) inauguração do centro de hemodinâmica do Meridional Praia da Costa; (iii) novas parcerias comerciais; (iii) alcançou primeiro lugar no Prêmio Marcas Ícones 2024, em parceria com a filial da Rede Record no Espírito Santo, na categoria de Hospital Particular e Maternidade Privada; e (iv) a Kora Saúde, dona da Rede Meridional, realizou o reperfilamento de suas dívidas e converteu a debênture da Companhia, HMRD11, para a nova emissão da KRSA12. Em 2024, a receita líquida totalizou R\$731 milhões, representando um recorde de faturamento anual, com crescimento de 3% quando comparado

à 2023. Ao longo de 2024, o crescimento da receita líquida foi positivamente impactado por: (i) crescimento orgânico na base de hospitais já existente e (ii) aumento da receita de serviços apoio diagnóstico e terapêutico (SADT), através da crescente performance de análises clínicas, radiologia e infusões oncológicas e (iii) investimentos em tecnologias e melhorias do atendimento.

**AGRADECIMENTOS**

Por mais um ano, a Rede Meridional reporta resultados consistentes com sua estratégia de crescimento e consolidação, seguindo confiante na trajetória escolhida. Agradecemos a todos os nossos investidores, credores e demais stakeholders pela confiança em 2024 e seguimos confiantes na trajetória de um 2025 consistente e sustentável.

**Hospital Meridional S.A.**  
**Antônio Alves Benjamin Neto**  
Diretor Presidente  
**Hospital Meridional S.A.**  
**Thiago Lima Nogueira Freitas**  
Diretor Financeiro

**Balanco patrimonial - Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023**  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	9.069	30.216	49.180	102.143
Contas a receber de clientes	6	60.355	76.751	191.847	234.046
Estoques	7	8.781	12.015	23.107	27.754
Outros ativos	8	17.306	13.831	44.385	27.738
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>95.511</b>	<b>132.813</b>	<b>308.519</b>	<b>391.681</b>
<b>Não circulante</b>					
Contas a receber de partes relacionadas	9	158.464	58.455	86.653	24.767
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo	10	15.344	10.351	31.725	55.669
Outros ativos	8	5.473	2.374	19.724	20.358
Investimentos	11	353.910	336.846	-	-
Imobilizado	12	85.890	92.967	216.412	220.713
Direito de uso	13	72.248	69.635	222.455	217.716
Intangível	14	10.539	8.239	138.822	127.481
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>701.868</b>	<b>578.867</b>	<b>716.791</b>	<b>666.704</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>797.379</b>	<b>711.680</b>	<b>1.025.310</b>	<b>1.058.385</b>

**Demonstração da mutação do patrimônio líquido - Período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 - (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Nota	Controladora		Consolidado					
		31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23				
		Prejuízos acumulados							
		Capital social	Retenções de lucros (prejuízos)	Reserva de Investimento	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
<b>Em 1º de janeiro de 2023</b>		68.100	7.814	46.229	-	-	100.987	4.503	105.490
Lucro do exercício		-	-	-	(7.973)	33.569	33.569	909	34.478
Dividendos propostos		-	-	-	-	-	(7.973)	-	(7.973)
Ajustes de participação no capital de controladas/coligadas (Nota 11)		-	-	-	-	-	-	(26)	(26)
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>68.100</b>	<b>9.492</b>	<b>70.147</b>	<b>-</b>	<b>18.164</b>	<b>126.583</b>	<b>5.386</b>	<b>131.969</b>
<b>Em 1º de janeiro de 2024</b>		<b>68.100</b>	<b>9.492</b>	<b>70.147</b>	<b>-</b>	<b>18.164</b>	<b>126.583</b>	<b>5.386</b>	<b>131.968</b>
Lucro do exercício		-	-	-	-	19.777	19.777	581	20.358
Apropriações do lucro líquido em reservas		-	989	18.788	-	(19.777)	-	-	-
Dividendos propostos		-	-	(4.697)	-	-	-	-	(4.697)
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>68.100</b>	<b>10.481</b>	<b>84.238</b>	<b>-</b>	<b>18.164</b>	<b>141.663</b>	<b>5.966</b>	<b>147.629</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Demonstração do resultado - Período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023**  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores e outras obrigações	15	38.899	65.581	123.293	141.456
Contas a pagar por aquisição	16	8.157	16.764	14.882	16.764
Contas a pagar com partes relacionadas		424.976	232.579	297.240	214.189
Passivos relacionados a contratos com clientes	-	670	-	2.252	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	32.796	35.913	47.374	50.113
Dividendos propostos		12.638	8.105	-	8.225
Imposto de renda e contribuição social a pagar	15	3.094	473	6.184	7.601
Passivos de arrendamento	13	10.782	10.045	33.100	31.230
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>531.342</b>	<b>370.130</b>	<b>522.073</b>	<b>471.830</b>
<b>Não circulante</b>					
Contas a pagar por aquisição não circulante	16	4.072	-	6.320	8.860
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	17.069	125.104	52.790	161.143
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	10.440	-	24.997
Passivos de arrendamento ante	13	75.279	70.961	234.649	224.459
Provisões para contingências	20	5.146	3.183	11.681	10.136
Outras obrigações	15	22.808	5.278	50.168	24.990
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>124.374</b>	<b>214.966</b>	<b>355.008</b>	<b>454.585</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>655.716</b>	<b>585.096</b>	<b>877.081</b>	<b>926.415</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	21	68.100	68.100	68.100	68.100
Reservas de capital	21	112.883	97.804	112.883	97.804
Outros resultados abrangentes		(39.320)	(39.320)	(39.320)	(39.320)
<b>Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores</b>		<b>141.663</b>	<b>126.584</b>	<b>141.663</b>	<b>126.584</b>
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	21	-	-	5.966	5.386
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>141.663</b>	<b>126.584</b>	<b>147.629</b>	<b>131.970</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>797.379</b>	<b>711.680</b>	<b>1.025.310</b>	<b>1.058.385</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Demonstração do resultado abrangente - Período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023**  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
<b>Prejuízo do período</b>		<b>19.777</b>	<b>33.569</b>	<b>20.358</b>	<b>34.478</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b>19.777</b>	<b>33.569</b>	<b>20.358</b>	<b>34.478</b>
<b>Itens que não serão reclassificados para o resultado</b>					
Ajustes de participação no capital de controladas/coligadas		-	-	-	94
<b>Outros componentes do resultado abrangente do exercício, líquidos dos efeitos tributários</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>94</b>
<b>Total do resultado abrangente do período</b>		<b>19.777</b>	<b>33.569</b>	<b>20.358</b>	<b>34.572</b>
Acionistas controladores		-	-	19.777	33.569
Acionistas não controladores		-	-	581	1.003
<b>Total do resultado abrangente do período</b>		<b>19.777</b>	<b>33.569</b>	<b>20.358</b>	<b>34.572</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024**  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Hospital Meridional S.A., ("Hospital Meridional" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Meridional, Nº 200, Bairro Alto laje em Cariacica - Espírito Santo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem o Hospital Meridional e suas Controladas e Coligadas ("Grupo") e tem por objeto social a prestação de serviços hospitalares com qualidade e excelência médica.

**2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC):**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e de acordo com as normas e pronunciamentos do *International Financial Reporting Standards ("IFRS")*, emitidos pelo *International Accounting Standards Board ("IASB")*. As demonstrações contábeis são elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para as demandas judiciais e administrativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Sociedade revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem com as utilizadas pela administração da Companhia em sua gestão. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 22 de maio de 2025. **Demonstrações dos fluxos de caixa:** A Companhia faz a apresentação do Fluxo de Caixa Indireto, individual e consolidado. A principal utilidade desse método é mostrar as origens ou aplicações de caixa decorrentes das alterações temporárias de prazos nas contas relacionadas com o ciclo operacional do negócio. **Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **2.2. Base de consolidação:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas: **(a) Controladas:** Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos e os passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na aquisição, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. **(b) Participação de acionistas não controladores:** O Grupo elege mensurar qualquer participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. **(c) Perda de controle:** Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo deixa de reconhecer os ativos e passivos e qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. **(d) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto:** Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Hospital Meridional tem influência significativa, mas

**Demonstração do resultado - Período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023**  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Receita líquida de contratos com clientes	22	225.186	227.267	731.187	710.125
Custo dos serviços prestados	23	(178.189)	(170.848)	(582.527)	(543.216)
<b>Lucro bruto</b>		<b>46.997</b>	<b>56.419</b>	<b>148.660</b>	<b>166.909</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Despesas gerais e administrativas	24	(12.903)	(12.929)	(48.494)	(44.838)
Resultado da equivalência patrimonial		13.210	37.880	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas	25	1.155	(6.361)	(242)	(12.321)
<b>Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro</b>		<b>48.459</b>	<b>75.009</b>	<b>99.924</b>	<b>109.750</b>
<b>Receitas (despesas) financeiras</b>					
Receitas financeiras	26	8.961	1.174	12.563	3.966
Despesas financeiras	26	(42.106)	(40.418)	(92.333)	(78.225)
		(33.145)	(39.244)	(79.770)	(74.259)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>15.314</b>	<b>35.765</b>	<b>20.154</b>	<b>35.491</b>
Imposto de renda e contribuição social		4.462	(2.196)	204	(1.013)
<b>Lucro do exercício</b>		<b>19.776</b>	<b>33.569</b>	<b>20.358</b>	<b>34.478</b>
Participação de acionistas controladores		19.776	33.569	19.777	33.569
Participação de acionistas não controladores		-	-	581	909
<b>Lucro por ação (expresso em R\$ por ação)</b>					
Básico		0,2972	0,5045	0,2972	0,5045
Diluído		0,2972	0,5045	0,2972	0,5045

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Demonstração do valor adicionado - Período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023**  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Receitas		311/2/24	311/2/23	311/2/24	311/2/23
Receita de contrato com cliente		238.678	240.858	775.017	752.360
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (constituição)		(4.599)	(1.218)	(16.233)	(3.818)
		234.079	239.640	758.784	748.542
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>					
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(55.341)	(54.103)	(139.041)	(133.066)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(46.145)	(50.891)	(182.244)	(180.706)
Utilidades e serviços		(17.941)	(16.736)	(56.574)	(56.440)
Viagens e hospedagens		(1.813)	(1.146)	(3.072)	(3.073)
Outras receitas não operacionais		5.754	(6.069)	15.991	(11.140)
<b>Valor adicionado bruto gerado (aplicado) pela Companhia</b>		<b>(115.486)</b>	<b>(128.945)</b>	<b>(364.940)</b>	<b>(384.425)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>118.593</b>	<b>110.695</b>	<b>393.844</b>	<b>364.387</b>
Depreciação e amortização		(13.312)	(11.328)		



# HOSPITAL MERIDIONAL S.A.

CNPJ nº 00.625.711/0001-51

## Notas explicativas da Administração às demonstrações - Financeiras em 31 de dezembro de 2024 - (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

identificou a necessidade de ajustes na contabilização dos seus subarrendados a terceiros como resultado da adoção da nova norma para arrendamentos. **Taxa de desconto:** A Companhia determina sua taxa incremental sobre arrendamentos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento, e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. A taxa é determinada de acordo com as características (e prazos) dos contratos demonstrada, vide nota 13. A Companhia utilizou a taxa de juros incremental para descontar a valor presente o fluxo real de pagamentos. Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ nº 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento do período, vide nota 13. **2.12. Intangível: Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas com pessoal nas rubricas de custos de serviços prestados e gerais e administrativas, conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas, caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **Acordos de pagamento baseado em ações:** A Companhia oferece a profissionais-chaves (beneficiários) a opção de participar do plano de pagamento baseado em ações, onde o beneficiário no período de *vesting* prestem serviços em troca de títulos patrimoniais da Companhia (ações). O custo da transação é mensurado com base no valor justo na data de outorga do plano e é reconhecido no Balanço Patrimonial da Companhia como despesa durante o período da prestação de serviço, em contrapartida é reconhecido na conta de "Gasto com Emissão de Ações" no patrimônio líquido. **2.13. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Esses estão relacionados a provisões de crédito de liquidação duvidosa, provisões de processos com classificação de perda provável, prejuízo fiscal, ágio por expectativa de rentabilidade futura e outras provisões que são diferenças temporais para cálculo do imposto corrente. Enquanto os passivos de impostos diferidos estão relacionados à receita diferida que são diferenças temporais para cálculo do imposto corrente. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. **2.14. Provisões para ações judiciais, ativos e passivos contingentes:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. O Hospital Meridional é parte em processos trabalhistas e cíveis em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração com base na expectativa de perda provável, amparada por seus assessores legais externos. A Administração, com auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas e prováveis, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados. Não é esperado nenhum passivo relevante resultante dos passivos contingentes, além daqueles provisionados. Adicionalmente, a Companhia tem ações de naturezas tributária, civil e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificadas pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa demonstrada, vide nota 2.0. **2.15. Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **2.16. Ações em tesouraria:** As ações em tesouraria representam as ações da Companhia que são adquiridas pela própria sociedade. A aquisição de ações de emissão própria e sua alienação são transações de capital da Companhia com seus sócios, não devendo afetar o resultado. Não é permitido às Companhias adquirir suas próprias ações a não ser quando houver: • Operações de resgate, reembolso ou amortizações de ações; • Aquisição para permanência em tesouraria ou cancelamento; e • Aquisição para diminuição do capital (limitado às restrições legais). O preço de aquisição de ações não poderá ser superior ao valor de mercado e, no caso de aquisição de ações que possam prazo predefinido para resgate, o preço de compra não poderá ser superior ao valor fixado para resgate. **2.17. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **2.18. Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido ou (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação no exercício. O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro líquido ou (prejuízo) e a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição (instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações). **2.19. Instrumentos financeiros:** O CPC 48 propõe que todos os ativos e passivos financeiros sejam avaliados a valor justo no momento inicial do contrato. Entretanto, os recebíveis sem elementos significativos de financiamento permanecem pelo valor de custo amortizado, sujeitos ao teste de *impairment*. **Ativos financeiros:** (a) **Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado); • Mensurados ao custo amortizado. (b) **Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. (c) **Mensuração:** No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. (d) **Instrumentos de dívida:** A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as duas categorias de mensuração a seguir: • Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. • Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem. **2.20. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido. (i) **Ágio:** O ágio resulta da aquisição de coligadas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. (b) **Testes do ágio para verificação de impairment:** O valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa descontado, antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas pela Administração. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo de setores de hospitais no qual a UGC atua. Para cada UGC com valor relevante de ágio, as premissas-chave, a taxa de crescimento de longo prazo e a taxa de desconto utilizadas nos cálculos do valor em uso são como demonstrados, vide nota 14. A Administração realizou análise de *impairment* dos ágios (realizada no mínimo uma vez ao ano, conforme necessidade), mediante a comparação dos saldos contábeis com os fluxos de caixa projetados e não foi identificada a necessidade de registrar qualquer provisão de perda, dessa forma concluiu-se que para o exercício de 2024 e 2023 não há indícios de *impairment*. **2.21. Reconhecimento de receitas e custos operacionais:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos cancelamentos, dos abatimentos, dos descontos e glosas. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com

segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço. (a) **Componentes de financiamento:** A Companhia não prevê ter contratos nos quais o período entre a transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente e o pagamento por parte do último exceda um ano. Como consequência, a Companhia não ajusta os preços de transação em relação ao valor do dinheiro no tempo. (b) **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva, é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas). **2.22. Pronunciamento novos ou revisados e aplicados pela primeira vez: Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. a) **Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis:** O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos: • O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período; • Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a *covenants*, tais *covenants* afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o *covenant* existir no final do período do relatório ou antes dele; • A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e • No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial. b) **Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento:** Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda. Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 - que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback* (relocação). Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e *leaseback*, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revisitos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário. c) **Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1):** Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas à IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (*reverse factoring*, *forfait* ou risco sacado). Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações financeiras da Empresa. A Companhia e suas controladas decidiram não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **2.23. Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas não vigentes até a data da emissão destas demonstrações financeiras, as quais a Companhia e suas controladas não esperam impactos significativos na aplicação destas alterações ou não se aplicam, estão abaixo apresentadas: • **IAS 21 - Falta de conversibilidade:** Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. • **IFRS 7 e IFRS 9 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas a instituições financeiras. As alterações: (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente; (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. • **IFRS 7 e IFRS 9 - Contratos que tenham como referência energia e cuja energia dependa da natureza:** As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de *own use*; (ii) condições a serem consideradas para aplicação de *hedge accounting* (*cash flow hedge*) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício. As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. O Grupo está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais. • **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** essa nova norma substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados: Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado. Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, o Grupo desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial. O Grupo não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentadas por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1. No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto

é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18. • **IFRS 19: Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas:** Divulgações: emitida em maio de 2024, essa nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia e suas controladas. **3. GERENCIAMENTO DE RISCOS**

**3.1. Riscos Fatores de risco financeiro:** As atividades do Hospital Meridional expõem a diversos riscos financeiros, como: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia. A tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia, para efetuar a gestão de risco global assim como para áreas específicas tais como: risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros derivativos. (a) **Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros:** A Companhia possui empréstimos em moeda local, pré-fixado e/ou pós-fixado (sujeito à flutuação da taxa de juros). Empréstimos com juros pré-fixados não são considerados riscos para a Companhia. O risco inerente de empréstimos pós-fixados surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos com taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. (b) **Risco de crédito:** O risco de crédito da Companhia decorre de depósitos em bancos e aplicações financeiras de curto prazo, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. As aplicações financeiras da Companhia são realizadas em instituições financeiras consolidadas no mercado com ratings em âmbito nacional de nível elevado. A Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência no contas a receber em aberto superior ao valor já provisionado. (i) **Contas a receber de clientes e ativos de contratos:** A Companhia aplica a abordagem simplificada do CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes e ativos de contratos (contas a receber de clientes a faturar). As taxas de perdas esperadas são baseadas nos perfis de pagamento de serviços de seus clientes e as perdas de crédito históricas correspondentes incorridas durante esse período. As taxas utilizadas são de perdas históricas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis. As perdas por *impairment* em contas a receber de clientes e as recuperações subsequentes são apresentadas na demonstração do resultado. (c) **Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de tesouraria. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que exista caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito comprometidas disponíveis a qualquer momento. Com os contratos que possui *covenants*, monitora os principais índices econômicos a fim de que a Companhia não quebre os limites ou as cláusulas do empréstimo em qualquer uma de suas linhas de crédito. (d) **Risco cambial:** Os empréstimos da Companhia foram realizados em moeda nacional (R\$), dessa forma, não há impacto de variação cambial na Companhia. (e) **Análise de sensibilidade:** O Hospital Meridional possui empréstimos, financiamentos e debêntures em moedas locais, sujeitos, principalmente, à flutuação das taxas de juros. O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A análise de sensibilidade dos rendimentos sobre aplicações financeiras e dos juros sobre empréstimos e financiamentos utilizou como cenário provável (Cenário I) as taxas referenciais obtidas na B3 e BNDES em 31 de dezembro de 2024, e os cenários II e III levam em consideração um incremento de 25% e 50%, respectivamente, nessa taxa. A análise foi realizada para o período dos próximos 12 meses. Os resultados são como seguem:

	Consolidado			
	Saldo	Cenário II - atual	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
TDI	14,15%	17,69%	21,23%	
CDI (a.a.)	48.792	6.904	8.631	10.359
Aplicações financeiras	100.164	14.173	17.719	21.265

**3.2. Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, vender a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. **3.3. Mensuração do valor justo:** Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis). (a) **Estimativa do valor justo em combinação de negócios:** O valor justo dos ativos em combinação de negócios foi estimado considerando a marca, acordo de não competição (*non-compet*) e os ativos imobilizados da adquirida. Para avaliação do ativo a valor justo da marca, foi utilizado a metodologia *Relief from Royalty - RFR* (o princípio básico do método RFR é que, sem a posse do referido ativo intangível, o usuário deste ativo deve realizar uma sequência de pagamentos ao dono do ativo em decorrência do direito de uso dele. Com a aquisição deste ativo, a empresa eliminaria esses pagamentos). Para a análise do *non-compet* a metodologia utilizada foi o *With or Without (Wow)* que é uma abordagem de renda que mede o valor de um ativo com base na diferença no valor justo de uma empresa que possui o ativo e uma empresa hipotética que não possui o ativo. Para determinação do valor justo do imobilizado foram utilizados os preceitos das normas vigentes, em que a valorização dos ativos teve como base cotações de preços de bens novos junto aos respectivos fabricantes. Sobre esses preços, foram adicionadas as parcelas de instalação/montagem, frete/seguro, administração, tubulações, automação e projetos de engenharia (quando aplicável), determinando assim a concepção atual de cada ativo, separadamente ou em conjunto, quando aplicável. Para o imóvel, o valor justo considerado foi o seu valor de locação, considerado valor justo por meio da análise de preço de mercado. O valor justo do acordo de contas a pagar em combinação de negócios foi estimado aplicando-se a abordagem de mercado e está classificado como nível 2 da hierarquia do valor justo. Trata-se da mensuração de valor justo do Nível 2. Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. O Hospital Meridional reconhece a dívida com combinação de negócios e o ativo, oriundo de combinação de negócios, a valor justo (classificados como Nível 2). A tabela abaixo apresenta a posição do passivo da Companhia mensurado a valor justo:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Passivo	-	-	-	-
Contas a pagar em combinação de negócios	-	25.624	-	25.624
Total do passivo	-	25.624	-	25.624

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Passivo	-	-	-	-
Contas a pagar em combinação de negócios	-	21.203	-	21.203
Total do passivo	-	21.203	-	21.203

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros mensurados a valor justo				
Operações compromissadas e CDBs (a)	9.069	29.827	48.792	99.296
	9.069	29.827	48.792	99.296
Ativos financeiros não mensurados a valor justo				
Caixa e bancos (b)	-	389	388	2.847
Contas a receber de clientes (b)	60.355	76.751	191.847	234.046
Contas a receber de partes relacionadas	158.464	58.455	86.653	24.767
	218.819	135.595	278.888	261.66
	227.888	165.422	327.680	360.956
Passivos financeiros não mensurados a valor justo				
Empréstimos, financiamentos e debêntures (c)	49.865	161.017	100.164	211.256
Fornecedores (b)	-	38.899	65.581	123.293
Contas a pagar por aquisição de controladas	12.229	16.764	21.202	25.624
Passivos de arrendamentos	86.061	81.006	267.749	255.689
	187.054	324.368	512.408	634.025

(a) Os saldos de operações compromissadas e CDBs são mensurados a valor justo em contrapartida ao resultado e consideram as taxas pactuadas entre as partes na contratação dos investimentos, incluindo informações de mercado que possibilitem tal cálculo. (b) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e demais passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente devido aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos. (c) Os valores de empréstimos, financiamentos e debêntures são mensurados por seu custo amortizado e divulgados a valor justo, o qual não difere de forma material dos valores contábeis na medida em que os juros pactuados são consistentes com as taxas correntes de mercado.

### 4. JULGAMENTO, ESTIMATIVA E PREMISSAS CONTÁBEIS MATERIAIS

**4.1. Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis:** (a) **Reconhecimento de receita:** A política adotada para o reconhecimento da receita são os critérios dispostos no CPC 47 - Contratos com clientes e IFRS 15, que consiste na entidade reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflete a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços. O Hospital Meridional atua no ramo de prestação de serviços hospitalares, a receita é oriunda dessa prestação de serviços e seu reconhecimento é realizado com base nos serviços executados até a data final do período contábil. As obrigações de desempenho são medidas desde a admissão do paciente até o ponto em que não há mais serviços necessários, o momento da alta. Quando este procedimento utiliza mais de um período, é realizado a medida parcialmente pela competência. As principais obrigações de desempenho e o respectivo reconhecimento são:

Obrigações de desempenho	Reconhecimento
— Fornecimento de acomodação, refeições e profissionais de saúde	A receita é reconhecida ao longo do tempo em relação aos serviços prestados, na medida em que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia durante a permanência do paciente.
Procedimentos cirúrgicos	A receita é reconhecida ao longo do tempo, pois os serviços são executados de acordo com o uso.
Aplicação de medicamentos e uso de materiais hospitalares	A receita é reconhecida no momento em que o medicamento e/ou material hospitalar é dispensado ao cliente, ou seja, conforme o paciente consome o produto.
Serviço de Apoio à Diagnose e Terapia (SADT)	A receita é reconhecida no momento da realização do procedimento no paciente.

O preço da transação é determinado com base nas taxas *fee-for-service* (modelo de remuneração funcional e

baseado no serviço executado) dos serviços prestados ou nos pacotes que reúnem um conjunto de serviços prestados (pacotes ou diário global). Caso a taxa por serviços (*fee-for-service*) seja determinada como o preço de transação em contrato, configura que tudo o que for utilizado no atendimento hospitalar, incluindo materiais hospitalares, medicamentos e serviços, sendo utilizada no reconhecimento da receita e, consequentemente, faturada. Nesse formato, o preço é pago de acordo com cada procedimento, exame ou consulta realizada, além das internações, que incluem as acomodações do paciente e serviços médicos utilizados. Os valores fixos, serão reconhecidos independentemente do paciente ter utilizado todos os serviços disponíveis em contrato. Para os pacientes particulares é necessário a realização de um co-pagamento ou de um depósito adiantado, que é reconhecido como receita quando os bens ou serviços futuros são prestados. Além da receita operacional, a Companhia reconhece a receita oriunda dos rendimentos financeiros obtidos em aplicações de curto prazo, com base no princípio da competência. **Contraprestação variável:** A Companhia considera que as glosas são contraprestações variáveis, de acordo com o CPC 47. Se a contraprestação prometida no contrato incluir um valor variável, a entidade estima o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente. A variabilidade relativa à contraprestação prometida ao cliente pode ser declarada expressamente no contrato ou calculada pela melhor estimativa do período. **4.2. Estimativas e políticas contábeis materiais:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas em relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período, estão contempladas a seguir: (a) **Perda (impairment) de ativos financeiros:** As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada período; (b) **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Anualmente a Companhia através de seus assessores técnicos e independentes, avalia a recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos. O teste consiste em avaliar a capacidade de aproveitamento do ativo diferido ao período de cinco anos; através da análise do fluxo de caixa projetado; (c) **Taxas incremental sobre o empréstimo do arrendatário:** O Hospital Meridional utiliza a taxa incremental



Assinado Digitalmente por: NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:2706515000130 - Em: 23/05/2025

Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Acesse: <https://tribunaonline.com.br/validador-iti> caso deseje validar a assinatura!



# HOSPITAL MERIDIONAL S.A.

CNPJ nº 00.625.711/0001-51

## Notas explicativas da Administração às demonstrações - Financeiras em 31 de dezembro de 2024 - (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

de juros (*Incremental Borrowing Rates - IBR*) de empréstimo do arrendatário como taxa de desconto para seus contratos de arrendamento, ou seja, para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo e garantia semelhantes, sendo os recursos necessários para obter o ativo com o valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A obtenção dessa taxa envolve um elevado grau de julgamento e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. A adoção da IFRS 16 permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que essa escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares. O Hospital Meridional adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares; (c) Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso: No mínimo uma vez ao ano, o Hospital Meridional testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, conforme apresentada, vide nota 14. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela Administração. A Administração realizou análise de *impairment* dos ágios sobre os exercícios de 31 de dezembro de 2024 e 2023 mediante a comparação dos saldos contábeis com os fluxos de caixa projetados e não identificou a necessidade de registrar qualquer provisão de perda; (e) **Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada; e (f) **Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### 5. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	-	389	388	2.847
Operações em CDBs (a)	9.069	29.827	48.792	99.296
	<b>9.069</b>	<b>30.216</b>	<b>49.180</b>	<b>102.143</b>

(a) As operações em CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) são remuneradas, na média, a uma taxa de 92% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (85% em 31 de dezembro de 2023). Possuem liquidez imediata e não estão sujeitas a restrições ou penalidades de quaisquer naturezas, o que permite sua utilização de acordo com as necessidades do Grupo.

### 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber de clientes	88.010	28.663	257.568	266.912
Perdas esperadas por crédito de liquidação duvidosa	(27.655)	(10.994)	(65.721)	(32.866)
	<b>60.355</b>	<b>17.669</b>	<b>191.847</b>	<b>234.046</b>

Movimentação da provisão para *impairment* de contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(12.212)	(10.994)	(32.866)	(29.048)
Perdas esperadas por crédito de liquidação duvidosa - Nota 24	(4.599)	(1.218)	(16.233)	(3.818)
Segregação para <i>impairment</i> de contas a receber de clientes	(10.844)	-	(16.622)	-
	<b>(27.655)</b>	<b>(12.212)</b>	<b>(65.721)</b>	<b>(32.866)</b>

Aging do contas a receber:

	Consolidado			
	A vencer e até 30 dias em atraso	De 31 a 59 dias em atraso	De 60 até 119 dias em atraso	Mais de 120 dias em atraso
31 de dezembro de 2023	184.703	29.628	26.691	266.912
Perdas esperadas por crédito de liquidação duvidosa	(1.847)	(2.460)	(2.669)	(25.890)
	<b>182.856</b>	<b>27.168</b>	<b>24.022</b>	<b>234.046</b>
31 de dezembro de 2024	143.801	28.591	25.757	59.421
Perdas esperadas por crédito de liquidação duvidosa	(1.438)	(2.287)	(2.576)	(59.420)
	<b>142.363</b>	<b>26.304</b>	<b>23.181</b>	<b>191.848</b>

### 7. ESTOQUES

Os estoques são representados por material hospitalar e medicamentos segregados entre o almoxarifado central e farmácias localizadas nas principais acomodações dos hospitais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Material hospitalar	3.762	6.943	10.023	13.763
Medicamentos	4.519	4.278	10.436	10.208
Outros	500	794	2.649	3.783
	<b>8.781</b>	<b>12.015</b>	<b>23.107</b>	<b>27.754</b>

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não houve provisão de obsolescência e/ou perda reconhecida, dado que a Companhia verifica os lotes de vencimentos no prazo de 30 a 60 dias, o que evita a necessidade da provisão. A seguir, a movimentação dos estoques:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	12.015	18.451	27.754	35.664
Adições	52.197	46.249	134.394	98.222
Consumo alocado em custo	(55.431)	(52.685)	(139.041)	(106.132)
Saldo final	<b>8.781</b>	<b>12.015</b>	<b>23.107</b>	<b>27.754</b>

### 8. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante	3.936	154	6.721	836
IRPJ e CSLL a recuperar	6.619	1.642	17.057	6.101
Créditos tributários (i)	5.384	8.891	7.081	19.730
Adiantamentos (ii)	1.367	605	13.526	1.071
Outras contas a receber	17.306	11.292	44.385	27.738
Total do ativo circulante	<b>33.612</b>	<b>23.384</b>	<b>88.770</b>	<b>52.476</b>
Ativo não circulante	2.207	8.631	10.381	13.247
Depósitos judiciais	3.266	599	9.343	7.189
Ativo indenizatório (iii)	5.473	9.230	19.724	20.416
Total do ativo não circulante	<b>10.946</b>	<b>18.500</b>	<b>39.448</b>	<b>40.892</b>

(i) Expectativa de realização dos créditos tributários dentro de um ano. (ii) O saldo se refere a adiantamentos para funcionários (férias e salário) e adiantamentos a fornecedores. (iii) Valor referente a contingências com estimativas de perda provável de responsabilidade dos antigos proprietários.

### 9. PARTES RELACIONADAS

(a) Remuneração do pessoal-chave da Administração: A Companhia considerou como pessoal-chave da Administração somente os integrantes da sua diretoria.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Salários e outros benefícios de curto prazo, a diretores	1.140	1.536	5.308	3.313
	<b>1.140</b>	<b>1.536</b>	<b>5.308</b>	<b>3.313</b>

	Hospital Meridional São Francisco S.A.		Hospital Meridional São Luiz S.A.		Hospital Meridional São Mateus S.A.		Maternidade Santa Úrsula de Vitória Ltda.	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio líquido no início do período	54.155	54.249	57.512	57.512	10.787	10.787	49.056	(41.963)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	4.035	-	2.028	-	2.983	-	(9.223)	-
Aportes de capital	-	-	-	-	-	-	-	91.019
Ganho patrimonial	-	(94)	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido no final do período	<b>58.190</b>	<b>54.155</b>	<b>59.540</b>	<b>57.512</b>	<b>13.770</b>	<b>10.787</b>	<b>39.833</b>	<b>49.056</b>
Ágio	3.680	3.680	1.582	1.582	-	-	(1.780)	(1.780)
Ativos intangíveis identificados	4.715	(11.431)	12.542	-	11.061	-	445	2.802
Saldo contábil do investimento na Controladora	<b>66.585</b>	<b>46.404</b>	<b>73.664</b>	<b>59.094</b>	<b>24.831</b>	<b>10.787</b>	<b>38.498</b>	<b>50.078</b>

	Hospital São Francisco S.A.		Hospital São Luiz S.A.		Hemodinâmica Meridional Ltda.	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio líquido no início do período	17.119	14.641	4.534	3.312	4.809	4.237
Distribuição de dividendos aos acionistas	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	3.833	2.014	(751)	368	5.147	572
Patrimônio líquido no final do período	<b>20.952</b>	<b>16.655</b>	<b>3.783</b>	<b>3.680</b>	<b>9.956</b>	<b>4.809</b>
Ágio	464	464	854	854	-	-
Ativos intangíveis identificados	(1.064)	-	(1.602)	-	-	-
Saldo contábil do investimento na Controladora	<b>20.352</b>	<b>17.119</b>	<b>3.035</b>	<b>4.534</b>	<b>9.956</b>	<b>4.809</b>

(b) **Aluguéis:** A Companhia mantém contratos de aluguel de imóveis (Hospitais) junto a empresas imobiliárias, um dos sócios minoritários dessas imobiliárias é parte relacionada do Hospital Meridional (executivo da Companhia). Os aluguéis estão a valor de mercado e geraram um custo (despesa de juros) no resultado, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Meridional Imobiliária S.A.	11.231	10.614	11.231	10.614
Praia da Costa Participações Imobiliária S.A.	-	-	2.787	2.636
São Francisco Participações Imobiliária S.A.	-	-	91	86
São Luiz Imobiliária S.A.	-	-	819	773
São Mateus Imobiliária S.A.	-	-	4.548	4.292
	<b>11.231</b>	<b>10.614</b>	<b>19.476</b>	<b>18.401</b>

Esses contratos de aluguel atendem aos conceitos de arrendamentos (IFRS 16) e estão contidos na divulgação da Nota 13. (c) **Transações entre partes relacionadas:** As contas a receber de partes relacionadas se trata de transferências de recursos entre as empresas, sendo os principais saldos eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas. Tais saldos não são corrigidos e não têm prazo de vencimento e a expectativa de recebimento é substancialmente no exercício social subsequente.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo	158.464	57.639	86.653	24.768
Contas a receber de partes relacionadas	41.727	11.231	-	-
Hospital São Luiz S.A.	8.233	8.233	-	-
Kora Saúde Participações S.A.	61.824	6.252	85.711	24.290
Maternidade Santa Úrsula de Vitória Ltda.	38.910	43.138	-	-
Hospital e Maternidade São Mateus Ltda.	6	6	-	6
Meridional Serviços de Manipulação Ltda.	10	10	-	11
Praia do Canto Participações Ltda.	-	-	-	460
Hospital Metropolitano S.A.	2.205	-	-	-
Hospital Anchieta S.A.	-	-	1	1
Hospital Meridional São Mateus S.A.	1.130	-	-	-
Outros	46.146	-	941	-
	<b>158.464</b>	<b>57.639</b>	<b>86.653</b>	<b>24.768</b>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo	424.976	238.619	297.240	214.247
Contas a pagar a partes relacionadas	41.727	11.231	-	-
Hospital Metropolitano S.A.	28.541	17.614	-	-
Hospital Praia da Costa S.A.	10.958	2.098	-	-
Hospital e Maternidade São Francisco de Assis S.A.	24.405	11.730	-	-
Hemodinâmica Meridional Ltda.	3.134	2.271	-	-
Kora Saúde Participações S.A.	279.844	193.595	295.785	212.711
Angiocardis - Diagnóstico e Terapêutica Ltda.	-	80	-	80
Gastroclínica Diagnósticos Especializados Ltda.	-	-	-	1
Hospital Anchieta S.A.	-	-	1.455	1.455
Maternidade Santa Úrsula de Vitória Ltda.	4.415	-	-	-
Outros	31.952	-	-	-
	<b>424.976</b>	<b>238.619</b>	<b>297.240</b>	<b>214.247</b>

### 10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Os ativos de impostos diferidos estão relacionados a provisões de crédito de liquidação duvidosa, provisões de processos com classificação de perda provável, prejuízo fiscal, ágio por expectativa de rentabilidade futura e outras provisões que são diferenças temporais para cálculo do imposto corrente. Os passivos de impostos diferidos estão relacionados à receita diferida que são diferenças temporais para cálculo do imposto corrente.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo de imposto diferido	9.403	4.152	21.946	11.106
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	1.750	863	3.971	1.854
Provisão (reversão) para contingências IFRS 16	3.953	3.864	12.370	13.114
Prejuízos fiscais/Base negativa	-	1.207	28.784	26.408
Provisão para repasses médicos	238	265	833	3.125
Demais diferenças temporárias	15.344	10.351	67.904	55.669
	<b>7.552</b>	<b>10.440</b>	<b>36.179</b>	<b>24.997</b>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo de imposto diferido	7.752	10.440	36.179	24.997
Receitas diferidas	-	-	-	-
Valor justo dos ativos adquiridos	-	-	-	-
Ágio - Aproveitamento fiscal	-	-	3.523	-
Provisão para repasses médicos	-	-	-	-
	<b>7.752</b>	<b>10.440</b>	<b>36.179</b>	<b>24.997</b>

### 11. INVESTIMENTOS

A movimentação dos investimentos é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Em 1º de janeiro de 2024	339.385	212.744	339.385	212.744
Aportes de capital em controladas	-	-	-	-
Participação nos lucros de controladas	13.210	37.880	13.210	37.880
Ativos intangíveis identificados	1.315	(2.164)	1.315	(2.164)
Ajuste de participação no capital de controladas/coligadas	-	(94)	-	(94)
	<b>353.910</b>	<b>339.385</b>	<b>353.910</b>	<b>339.385</b>

### Investidas diretas:

	Patrimônio líquido		Receita bruta		Resultado	
	Ativo	líquido	bruta	Resultado	bruta	Resultado
Hemodinâmica Meridional	4.847	4.809	6			



# HOSPITAL MERIDIONAL S.A.

CNPJ nº 00.625.711/0001-51

Notas explicativas da Administração às demonstrações - Financeiras em 31 de dezembro de 2024 - (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Testes do ágio para verificação de impairment:**

	HMS	MSU	HSL	HSF
Crescimento da Receita Líquida (CAGR) - % (i)	7,5%	21,5%	5,6%	8,4%
Margem EBITDA - % (ii)	44,6%	40,9%	28,5%	38,3%
Fluxo de caixa livre (em 2025) - R\$ milhões	37,1	43,5	(4,1)	8,7
Taxa de desconto post-tax - %	12,3%	12,3%	12,3%	12,3%
Fluxo de caixa descontado (em 2025) - R\$ milhões	31,1	36,6	(3,4)	7,3

	HMS	MSU	HSL	HSF
Crescimento da Receita Líquida (CAGR) - % (i)	10,0%	14,0%	13,0%	13,4%
Margem EBITDA - % (ii)	23,3%	14,4%	13,4%	26,8%
Fluxo de caixa livre (em 2025) - R\$ milhões	17,2	7,0	0,3	2,2
Taxa de desconto post-tax - %	12,7%	12,7%	12,7%	12,7%
Fluxo de caixa descontado (em 2025) - R\$ milhões	15,7	6,4	0,3	2,0

(i) O crescimento ROL (CAGR) considera a média anual da taxa de crescimento da receita líquida no período previsto de oito anos, baseada no desempenho passado e nas expectativas da Administração para o desenvolvimento do mercado. (ii) A margem EBITDA é a margem média do lucro operacional em oito anos. Ela se baseia nos níveis atuais da margem de serviços prestados com ajustes efetuados para refletir os aumentos de preço futuros esperados para medicamentos e materiais hospitalares. O valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas pela Administração. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor de hospitais no qual a UGC atua. Para cada UGC com valor relevante de ágio, as premissas-chave, a taxa de crescimento de longo prazo e a taxa de desconto utilizadas nos cálculos do valor em uso são como segue. Devido ao fato de o teste ser anual, consideramos a apresentação de 31 de dezembro de 2024.

**15. FORNECEDORES E OUTRAS OBRIGAÇÕES**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas a pagar aos fornecedores (i)	20.284	53.639	59.032	93.312
Obrigações sociais e trabalhistas - Nota 15.a	8.218	8.268	29.716	29.777
Imposto de renda e contribuição a pagar - Nota 15.b	3.094	473	6.184	7.601
Obrigações tributárias correntes - Nota 15.b	4.484	2.267	14.084	9.711
Obrigações tributárias parceladas - Nota 15.c	5.913	6.660	20.461	31.780
Outras obrigações - Nota 15.d	22.808	25	50.168	1.866
<b>Total</b>	<b>64.801</b>	<b>71.332</b>	<b>179.645</b>	<b>174.047</b>

(i) A Companhia tem saldos com fornecedores no país, que fornecem substancialmente materiais, medicamentos e serviços hospitalares. As operações são efetuadas em condições normais de mercado, os prazos com fornecedores variam entre 30 e 60 dias.

**(a) Obrigações sociais e trabalhistas:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Salários a pagar	1.812	1.657	6.695	5.634
Bônus a pagar	702	784	2.451	2.901
INSS a pagar	2.335	2.004	8.821	7.022
FGTS a pagar	174	-	616	648
Provisão de férias, 13º salário e encargos	3.195	3.788	11.132	13.440
Outras obrigações trabalhistas	-	35	-	132
<b>Total</b>	<b>8.218</b>	<b>8.268</b>	<b>29.716</b>	<b>29.777</b>

**(b) Obrigações tributárias:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ e CSLL a pagar	738	473	6.184	7.601
IRPJ e COFINS a pagar	4.032	1.063	3.976	5.604
ISS a pagar	822	868	3.295	2.835
Retenções a recolher	1.986	336	6.813	1.272
<b>Total</b>	<b>7.578</b>	<b>2.740</b>	<b>20.268</b>	<b>17.312</b>

**(c) Obrigações tributárias parceladas:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Parcelamentos municipais	163	-	163	-
Parcelamentos federais	5.750	6.660	20.298	74.589
<b>Total</b>	<b>5.913</b>	<b>6.660</b>	<b>20.461</b>	<b>74.589</b>
Passivo circulante	5.913	19.226	20.461	19.226
Passivo não circulante	-	55.526	-	55.526
<b>Total</b>	<b>5.913</b>	<b>74.752</b>	<b>20.461</b>	<b>74.752</b>

**d) Outras obrigações:** O saldo do grupo refere-se à operação de venda da folha de pagamento (diferimento de acordo com o prazo contratual), pensões judiciais e outras contas a pagar.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Outras dívidas	-	-	50.168	1.617
Outras obrigações	-	-	-	249
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>50.168</b>	<b>1.866</b>
Passivo circulante	-	-	-	1.768
Passivo não circulante	-	-	50.167	98
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>50.167</b>	<b>1.866</b>

**16. CONTAS A PAGAR POR AQUISIÇÃO**

As contas a pagar por aquisições de hospitais se referem ao saldo remanescente das aquisições efetuadas.

	Controladora		Consolidado	
	Índice de correção	Data da aquisição	31/12/2024	31/12/2023
Hospital Metropolitano S.A.	IPCA	31/10/2018	12.229	16.764
Maternidade Santa Úrsula	IPCA	11/12/2019	-	6.726
Instituto de Diagnósticos Especializados Ltda.	IPCA	01/04/2022	-	2.248
<b>Total</b>			<b>12.229</b>	<b>25.624</b>
Passivo circulante			18.157	16.764
Passivo não circulante			4.072	8.860
<b>Total</b>			<b>22.229</b>	<b>25.624</b>

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o saldo em aberto possui o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Até um ano	8.157	16.764	14.882	16.764
Entre um e dois anos	4.072	-	4.071	6.707
Acima de dois anos	-	-	2.249	2.153
<b>Total</b>	<b>12.229</b>	<b>16.764</b>	<b>21.202</b>	<b>25.624</b>

A movimentação do contas a pagar por aquisição de controladas é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	-	-	-	21.110
Juros incorridos	-	-	-	4.691
Atualização da parcela diferida	-	-	-	(178)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	-	-	-	25.623
Juros incorridos	-	-	-	532
Atualização da parcela diferida	-	-	-	202
Amortizações de principal	-	-	-	(4.072)
Juros pagos	-	-	-	(19)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	-	-	-	21.202

**17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Circulante</b>				
Empréstimos Bancários	32.796	34.925	47.374	49.125
Debêntures	-	988	-	988
<b>Não Circulante</b>				
Empréstimos Bancários	17.069	67.961	52.790	104.001
Debêntures	-	57.143	-	57.142
<b>Total</b>	<b>49.865</b>	<b>161.017</b>	<b>100.163</b>	<b>211.256</b>

Apresentamos a seguir, os empréstimos da Companhia por instituições financeiras:

Operação/Instrumento	Início	Vencimento	Indexador	Spread	Garantias	Consolidado	
						31/12/2024	31/12/2023
Debênture 1ª emissão Hospital Meridional - Série Única	08/01/2019	14/11/2027	100% CDI	2,65%	Aval	-	58.131
CCB's Santander	28/12/2022	28/06/2027	100% CDI	2,60%	Aval	-	89.563
CCB's BBM	03/11/2020	09/12/2026	100% CDI	3,08%	Aval	48.769	54.346
CCB's outros	23/09/2020	16/11/2029	100% CDI	3,63%	Aval	51.394	9.216
						<b>100.163</b>	<b>211.256</b>

A seguir, é apresentado o vencimento dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Até um ano	32.796	35.913	47.428	50.113
Entre um e dois anos	9.521	76.280	43.224	109.019
Entre dois e cinco anos	7.548	48.824	9.511	52.124
<b>Total</b>	<b>49.865</b>	<b>161.017</b>	<b>100.163</b>	<b>211.256</b>

A seguir, é apresentado a movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2023</b>	<b>148.324</b>	<b>204.284</b>	<b>148.324</b>	<b>204.284</b>
Captação	15.000	15.000	15.000	15.000
Custos de transação	(786)	(398)	(786)	(398)
Juros incorridos	23.067	32.534	23.067	32.534
Amortizações de principal	(5.332)	(13.409)	(5.332)	(13.409)
Amortizações de juros	(19.256)	(26.755)	(19.256)	(26.755)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>161.017</b>	<b>211.256</b>	<b>161.017</b>	<b>211.256</b>
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2024</b>	<b>161.017</b>	<b>211.256</b>	<b>161.017</b>	<b>211.256</b>
Captação	51.598	65.889	51.598	65.889
Custos de transação	(311)	249	(311)	249
Juros incorridos	21.434	27.676	21.434	27.676
Amortizações de principal	(101.047)	(109.503)	(101.047)	(109.503)
Amortizações de juros	(82.826)	(95.404)	(82.826)	(95.404)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>49.865</b>	<b>100.163</b>	<b>49.865</b>	<b>100.163</b>

A seguir, é apresentado a movimentação das debêntures:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2023</b>	<b>58.300</b>	<b>58.300</b>	<b>58.300</b>	<b>58.300</b>
Despesa financeira	8.641	8.641	8.641	8.641
Juros pagos	(8.611)	(8.611)	(8.611)	(8.611)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>58.313</b>	<b>58.313</b>	<b>58.313</b>	<b>58.313</b>
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2024</b>	<b>58.313</b>	<b>58.313</b>	<b>58.313</b>	<b>58.313</b>
Amortizações de principal	(57.143)	(57.143)	(57.143)	(57.143)
Despesa financeira	7.073	7.072	7.073	7.072
Juros pagos	(8.061)	(8.059)	(8.061)	(8.059)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A seguir, é apresentada a composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Imposto corrente</b>	<b>(3.987)</b>	<b>-</b>	<b>(3.987)</b>	<b>(11.044)</b>
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	-	-	(8.072)	(11.044)
<b>Total do imposto corrente</b>	<b>(3.987)</b>	<b>-</b>	<b>(8.072)</b>	<b>(11.044)</b>
<b>Imposto diferido</b>	<b>8.449</b>	<b>2.196</b>	<b>8.276</b>	<b>10.031</b>
Diferenças temporárias	8.449	2.196	8.276	10.031
<b>Total do imposto diferido</b>	<b>8.449</b>	<b>2.196</b>	<b>8.276</b>	<b>10.031</b>
<b>Despesa de imposto de renda</b>	<b>4.462</b>	<b>2.196</b>	<b>204</b>	<b>(1.013)</b>

Remensuração do ativo e passivo de imposto de renda e da contribuição social diferido:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Remensuração de imposto diferido</b>	<b>2.892</b>	<b>(2.818)</b>	<b>(5.889)</b>	<b>(5.708)</b>
Ativo	2.892	(2.818)	(5.889)	(5.708)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.251	470	10.861	1.433
Provisão para contingência	667	-	1.392	9.761
IFRS 16	84	649	(750)	2.179
Prejuízos fiscais/ Base Negativa	-	642	3.345	2.216
Demais diferenças temporárias	(446)	310	(682)	150
<b>Total</b>	<b>5.556</b>	<b>2.071</b>	<b>14.166</b>	<b>15.379</b>

**Passivo**

Receitas diferidas	2.892	(1.255)	(4.568)	(1.094)
Ágio - Aproveitamento fiscal sobre ágio não amortizado contabilmente	-	-	(1.321)	-
Provisão para contingência	-	(194)	-	-
Provisão para repasses médicos	-	(2.818)	-	(4.614)
<b>Total</b>	<b>2.892</b>	<b>(4.267)</b>	<b>(5.889)</b>	<b>(5.708)&lt;/</b>



# HOSPITAL MERIDIONAL S.A.

CNPJ nº 00.625.711/0001-51

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras

individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às

informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de maio de 2025.

**BDO RCS Auditores Independentes Ltda SS Ltda.**

CRC 2 DF 002567/F

**Henrique Herbel de Melo Campos**

Contador CRC 1 SP 181015/O-3 - S - SP



Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130 - Em: 23/05/2025**

Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Acesse: <https://tribunaonline.com.br/validador-iti> caso deseje validar a assinatura!

6789 BALANCO 2024\_HOSPITAL MERIDIONAL.pdf

Código do documento: 6789



Assinado por:



NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130  
Certificado Digital  
E-mail: publicidade@grupotribunaonline.com.br

Registro de Eventos:

23 mai 2025, 00:01:00 - UPLOAD

**Documento:** 6789

**Criado por:** Mariana Melim **Email:** artemariana@redetribuna.com.br

**DATE\_ATOM:** 2025-05-23T00:02:04-03:00

23 mai 2025, 00:02:04 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

**DATE\_ATOM:** 2025-05-23T00:02:04-03:00

23 mai 2025, 00:02:04 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130

**E-Mail:** publicidade@grupotribunaonline.com.br

**Emissor do Certificado:** CN=NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO  
JUD:27065150000130, OU=videoconferencia, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do  
Brasil - RFB, OU=47317285000152, L=VITORIA, S=ES, O=ICP-Brasil, C=BR

**DATE\_ATOM:** 2025-05-23T00:02:04-03:00

Hash do documento original:

[SHA256]: f93856a68493a7085d77a81868fc51a075f4945991988ee1f0bda616b100bd12

[SHA512]: 507e75f7aac0dc86ef0b41cc1116cd1dc42d5a63d03801500227796b111a9b0f512b0077322f5bf0c777b79daca51a91d25e84a17ec59d68a6e54a2b4589e5c4

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC CONSULTI BRASIL RFB